

## **Entrevista com um especialista em risco: Os custos envolvidos no cumprimento da Seção 1073 da Lei Dodd-Frank**

O *post* desta semana traz uma entrevista com Devon Marsh, vice-presidente sênior e gerente de gestão de risco e tesouraria do Wells Fargo Bank, N.A. Nós pedimos a Devon sua opinião sobre as recentes alterações à Regulamentação E decorrentes da Seção 1073 da Lei Dodd-Frank.

### ***P&R: Devon, qual é o interesse dos gestores de risco na Seção 1073 da Lei Dodd-Frank?***

Devon Marsh: São vários. Em primeiro lugar, esse dispositivo impõe uma obrigação de cumprimento realmente excessiva. Em segundo, que me preocupa ainda mais do que a nossa capacidade de cumprimento, é o fato de que essa norma apresenta riscos aos consumidores e instituições financeiras.

### ***P&R: Como uma lei destinada à proteção dos consumidores pode apresentar riscos aos consumidores?***

Marsh: Há o risco de serviços conhecidos virem a se tornar mais difíceis de serem encontrados, se, por exemplo, alguns prestadores de serviços de remessa, tais como bancos, não puderem arcar com os novos custos impostos para o cumprimento da Seção 1073. Os serviços de remessa são vitais para alguns consumidores e correm o risco de ter, a sua escolha, um número menor de prestadores desses serviços.

### ***P&R: O objetivo da nova regra é melhorar a proteção dos consumidores em transferência de remessas. Quais são os desafios específicos que os prestadores desses serviços irão enfrentar?***

Marsh: A nova norma exige a divulgação de informações bem mais detalhadas, de forma que os consumidores de ambos os lados da operação de remessa possam entender melhor como os encargos reduzem o pagamento da transferência. O problema que surge é que os prestadores de serviços de remessa podem não saber o valor exato de todos os encargos. Por exemplo, eles podem não saber as alíquotas de impostos em determinado dia em um pequeno município de outro país. Em alguns países, as alíquotas de impostos mudam

conforme o dia ou o volume total de remessas ao longo de um período. Não se pode divulgar o que não se pode saber.

O novo processo de resolução de erros definido pela norma é outro exemplo daquilo que os prestadores de serviços de remessa terão dificuldades de cumprir. De acordo com a nova regra, os prestadores de serviços de remessa são responsáveis não apenas por seus próprios erros, mas também pelos erros cometidos pelos consumidores. Se um consumidor preencher o número da conta beneficiária errado, por exemplo, o prestador de serviço de remessa deverá cobrir quaisquer prejuízos relacionados à operação, mesmo que o erro do consumidor esteja fora do seu controle.

Como os prestadores de serviços de remessa são agora responsáveis pelos erros dos consumidores, a regra poderá criar o risco de fraude intencional, já que um criminoso poderá enviar uma remessa para um cúmplice que receba o dinheiro. A pessoa que estiver remetendo os recursos poderá reclamar que os recursos nunca chegaram ao pretendido beneficiário, alegando que eles forneceram o número da conta errado. Nesse caso, seria extremamente difícil para os prestadores de serviços de remessa comprovar que não houve erro e mais difícil ainda recuperar os recursos.

Se aumentarem os prejuízos decorrentes de fraudes nas remessas, o preço das remessas subirá. O risco de prejuízos decorrentes de fraudes, acrescido aos custos para cumprimento das exigências da norma poderão vir a ser muito elevados para alguns prestadores de serviços, e eles poderão deixar de prestar serviços de remessa. Consequentemente, os consumidores poderão ter menos opções para envio das remessas e custos mais altos pelos serviços devido às perdas decorrentes de fraudes.

***P&R: O que os prestadores de serviços de remessa podem fazer para enfrentar os desafios impostos por essa norma?***

Marsh: Devido ao curto prazo para cumprimento da lei, parece-me que os prestadores de serviços de remessa não têm muito a fazer para mudar a norma. Espero que mais diálogo com os reguladores e legisladores possa influenciar o entendimento e levar a novas perspectivas para o setor sobre como os prestadores de serviços de remessa irão lidar com os desafios impostos pelo cumprimento do disposto na Seção 1073. Se isso não acontecer, os consumidores poderão ter menos opções e preços mais elevados do que os agora vigentes.